

DEPOSITO LEGAL - 0. JUN 1977
WALDHEIM REELEITO

NAÇÕES UNIDAS (NOVA YORK), 8 — A Assembleia Geral das Nações Unidas elegeu para um segundo mandato o actual secretário-geral das Nações Unidas, o austríaco Kurt Waldheim.

A Assembleia Geral agiu por aclamação em resposta à recomendação do Conselho de Segurança. Waldheim recebeu 14 dos 15 votos do Conselho de Segurança, tendo-se verificado uma abstenção. Numa primeira votação, Luis Echeverría recebeu quatro votos.

Waldheim é secretário-geral da ONU desde 1971. O mandato para que foi agora eleito é de cinco anos.

o diário

Director: Miguel Urbano Rodrigues • Ano 1 • N.º 278 • Preço 6\$00 • 9-12-76 • Propriedade de Editorial Caminho



ANGOLA: O DESESPERO DO IMPERIALISMO

O assassinio de 287 pessoas em Angola por cerca de 20 elementos da organização contra-revolucionária UNITA constitui, segundo as autoridades angolanas, um acto desesperado perante a impossibilidade de travar o processo democrático que a República Popular está a viver.

Um dos massacres que a foto documenta foi cometido no passado dia 8 de Outubro na aldeia de Canhala Calumalanga, localidade interior situada a 45 quilómetros de Huambo, capital da província que tem o mesmo nome e que fica a 700 quilómetros de Luanda.

A população, que vive do cultivo de batatas e outros produtos agrícolas, foi surpreendida de madrugada por elementos da UNITA que tinham ficado dispersos em algumas regiões do sul do país quando no passado mês de Março as forças sul-africanas e mercenárias que invadiram Angola foram expulsas.

Ficaram feridas mais de cem pessoas das quais mais de metade acabaram por morrer. Entre os mortos encontram-se numerosas crianças e mulheres, como mostra a fotografia colhida por Orlando Durán, repórter da Prensa Latina, que chegou ao local pouco depois do massacre.

Os habitantes desta aldeia constituíram um valioso baluarte de apoio do Movimento Popular de Libertação (MPLA) durante os longos anos de luta contra o colonialismo português.

ENQUANTO O PS PROSSEGUE CAMPANHA NA RTP FRENTE «POVO UNIDO» FOI IMPEDIDA DE RESPONDER A SOARES

- ARBITRARIEDADE DO EXECUTIVO NÃO RESPEITA A PRÓPRIA CONSTITUIÇÃO
- BARRETO FAZ CAMPANHA CONTRA FORÇAS EMPENHADAS NAS ELEIÇÕES
- «POVO UNIDO»: UM GRANDE MOVIMENTO POPULAR EM TODO O PAÍS

Enquanto prosseguem na RTP, e em tom historicamente demagógico, as intervenções eleitoristas de ministros do Governo PS, caracterizadas por violentos ataques aos trabalhadores portugueses e às forças de esquerda, a Frente Eleitoral Povo Unido viu-se impedida de exercer o direito de resposta à intervenção do Primeiro-Ministro na TV, direito esse consignado na Constituição e na Lei de Imprensa. Depois de um

elemento da Comissão Administrativa da RTP ter reconhecido a justeza da reclamação do Povo Unido, a Secretaria de Estado da Comunicação Social enviou para aquele órgão de Informação um parecer em que considera «ilegal» o que se encontra previsto no texto das leis. Com base na «legalidade» do actual Governo PS, o ministro da Agricultura, António Barreto, ocupou ontem o serão televisivo para tentar justificar, sem olhar

a meios, a actuação marcadamente direita do seu Ministério. Para isso recorreu a acusações falsas e afirmações caluniosas, visando forças empenhadas nas eleições.

Apesar disto, muitos milhares de pessoas acorreram ontem aos comícios e realizações do Povo Unido em todo o País. No Campo Pequeno aquela Frente Unitária realizou um grandioso comício, enquanto na FIL alguns dirigentes do PS, incluindo

o seu secretário-geral repetiram ataques de natureza pessoal a dirigentes democráticos. (Noticiário nas páginas 6, 7, 8, 9 e 24).



Apesar da chuva, milhares de democratas encheram a praça do Campo Pequeno, no comício da Frente «Povo Unido»

Registo POBRE DO SR. AFONSO!

Há coisas que, pelo que representam na actual situação política portuguesa, nos comovem. Uma delas é esta, acontecida com o sr. Afonso. Pobre homem, este Afonso. Incriminado nem ele sabe porque, este sr. dirigiu-se, em papel selado como mandam as regras, ao presidente da Junta de Freguesia de Santo Ildefonso, pedindo um atestado de pobreza, dado que só auferia, de rendimento, 3350\$00 de «alguns bens imóveis».

O leitor compreenderá que com tal rendimento mensal, o sr. Afonso não pode custear as despesas do processo que lhe foi movido, uma acção de, nem mais nem menos, 2 322 184 000\$00. Quem é que, com pouco mais de três contos por mês, pode responder a uma destas?

Dai que o sr. Afonso tenha pedido à Junta de Santo Ildefonso que lhe passe certidão. Um atestado de pobreza, a fim de não lhe ser exigido o pagamento de «mais de 40 000\$00», que são devidos para «contestar a aludida acção». O sr. Afonso pretende, ainda, «recurrer do despacho de citação, com o que teria de despendir em custas a depositar a quantia de 5102000\$00 aproximadamente».

Este requerimento, recebido na Junta de Freguesia de Santo Ildefonso em 15 de Novembro passado, foi pedido pelo aludido Afonso. Mas não tenha pena dele, leitor, porque se trata de um Afonso muito conhecido: o sr. Afonso Pinto de Magalhães, banqueiro, milionário, homem que, entre outras coisas, «entrou» já depois do 25 de Abril com dezenas de milhares de contos para que um clube de futebol pagasse principescamente a alguns dos seus jogadores.

O sr. Afonso Pinto de Magalhães quer um atestado de pobreza. Depois disto, resta-nos esperar que o sr. Marcelo Caetano venha pedir, respeitosamente, um atestado de bom comportamento moral e civil...

ONTEM NA TV

MINISTRO BARRETO PROCURADOR DE AGRÁRIOS EM CAMPANHA ELEITORAL

COMÍCIOS DO PS E CDS GRAVES INCIDENTES EM COIMBRA E CAPARICA

Incidentes de certa gravidade trouxeram ontem à campanha eleitoral um tom de violência que só às forças reaccionárias pode interessar. Este é o resultado, aliás, de um clima de excessiva politização que algumas forças trouxeram à campanha, quando seria de esperar que, pela especificidade dos problemas próprios das eleições para as autarquias, o esclarecimento de problemas concretos e não partidários fosse a tônica desta última fase de institucionalização da vida democrática no nosso país.

Em Coimbra, durante um comício promovido pelo PS,

parte da assistência reagiu mal a afirmações provocatórias contra forças progressistas que nortearam todas as intervenções. Quando o dr. Cardia que «não tem tido tempo» para ouvir os estudantes, foi anunciado, uma parte da assistência abandonou a sala e manifestou-se, no exterior, gritando palavras de ordem contra o decreto de gestão. Tratava-se de cerca de duas centenas de estudantes.

De surpresa, duas carrinhas da polícia de intervenção chegaram ao local e, pouco depois, os agentes da PSP carregavam à bastonada sobre

os manifestantes, que perseguiram pelas ruas da cidade. Centenas de estudantes acabaram por reunir-se na Universidade, para discutir a situação, nada tendo decidido à hora a que encerramos esta edição.

Na Costa da Caparica, o CDS mostrou a sua verdadeira cara. Organizou um comício no cinema local e, para encher a sala, mobilizou fora da Caparica, entrando nesta estância em numerosa caravana de automóveis e autocarros, sem ao menos respeitar os sinais de trânsito. Quando o sr. Freitas do Amaral e acompanhantes entraram no

recinto, fecharam-se as portas enquanto, cá fora, algumas dezenas de pessoas gritavam palavras de ordem como «abaixo a reacção». Segundo confirmaram a «o diário» algumas testemunhas oculares, de dentro da sala foram disparados dois ou três tiros contra as pessoas que se encontravam no exterior. Pouco depois chegava a polícia, armada de viseira e bastão, que carregou sobre os manifestantes de molde a provocar ferimentos em pessoas que ali se encontravam e noutras que, nas ruas, nada tinham a ver com os acontecimentos. (Pág. 24)

OCTÁVIO PATO À PARTIDA «Vitórias do MPLA são vitórias do nosso Povo»

«A comemoração do vigésimo aniversário do MPLA e das suas vitórias são também vitórias do Povo português, das forças democráticas portuguesas e das forças anticolonialistas de Portugal» — afirmou ontem, à partida para Luanda, Octávio Pato, da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do Partido Comunista que, com Rogério de Carvalho, também do CC, representará aquele partido, nas comemorações do XX Aniversário do MPLA a decorrerem amanhã na capital da República Popular de Angola.

«Julgamos que esta comemoração», acrescentou o dirigente comunista, «é um facto de máxima importância, do ponto de vista não da actualidade apenas, mas, também, do ponto de vista histórico, na medida em que estes vinte anos representam vinte anos de luta contra um passado que, nós estamos certos, não voltará a Angola».

Afirmou, por outro lado, que a deslocação de uma delegação do PCP a Luanda traduz «um resultado palpável e concreto dessa mesma solidariedade activa, dessa solidariedade de combate que nós queremos reforçar sempre e cada vez mais».

«As relações entre o PCP

e o MPLA», disse a concluir, «servem objectivamente os interesses do povo português e contribuirão, também, directa e indirectamente, para o fortalecimento da amizade, de uma solidariedade e de uma cooperação que é desejável entre o Povo português e o Povo angolano, entre o Governo de Angola e o Governo português». A delegação portuguesa deve regressar a Lisboa no dia 12.

PAULO JORGE EM S. BENTO

«Troca de impressões sobre o futuro de relações bilaterais» — assim definiu o ministro das Relações Externas da RPA, Paulo Jorge, o encontro que ontem teve em S. Bento com o dr. Mário Soares e com o titular da pasta dos Negócios Estrangeiros, Medeiros Ferreira. Paulo Jorge era acompanhado pelo dr. Arménio Ferreira, representante do MPLA em Lisboa.

O ministro angolano confirmou que a representação diplomática do seu país, na capital portuguesa, deve estar definitivamente instalada em Fevereiro, não estando ainda designado o diplomata que assumirá esse cargo.

«POVO UNIDO» IMPEDIDO DE IR À RTP

Alegre considera ilegal direito de resposta consignado na Constituição

A secretaria de Estado da Comunicação Social considerou ilegal o uso do direito de resposta pela Frente Eleitoral Povo Unido (FEPU) na Televisão, apesar de que se encontrar expressamente consignado no n.º 4 do artigo 37.º da Constituição.

Pretendia aquela Frente Eleitoral defender-se legitimamente das acusações contra ela proferidas pelo Primeiro-Ministro, dr. Mário Soares, no passado dia 3 do corrente, na Televisão.

Segundo informaram representantes da FEPU, durante uma conferência de imprensa, um dos administradores da RTP, Raul Junqueiro, depois de ter considerado legítimo o direito de resposta pela Frente, o qual se deveria efectuar no dia 7 ou 8, informou, posteriormente, a delegação que com ele contactou que o secretário de Estado da Comunicação Social,

Manuel Alegre, tinha proibido a transmissão.

No entanto — referiu Oliveria e Sá — «não se pode admitir a ingerência da Secretaria de Estado da Comunicação Social na autonomia da RTP, salvaguardada pelo próprio estatuto», uma vez que, de acordo com o n.º 1 do artigo 39.º da Constituição «os meios de comunicação social pertencentes ao Estado, ou a entidades directa ou indirectamente sujeitas ao seu controlo económico, serão utilizados de modo a salvaguardar a sua independência perante o Governo e a Administração Pública».

Para além dos três protestos apresentados pelos partidos que integram a FEPU (PCP, MDP e FSP), foram ainda estabelecidos contactos junto da Presidência da República, Conselho da Revolução,

Comissão Constitucional, Comissão Nacional de Eleições, Ministério da Administração Interna, Primeiro-Ministro, ministro sem pasta Jorge Campinos e Presidente da Assembleia da República Vasco da Gama Fernandes.

O sub-secretário de Estado da Comunicação Social, Soares Louro, recebeu, na passada terça-feira pelas 20 horas, uma delegação da FEPU, tendo-lhe comunicado que a Secretaria de Estado se tinha limitado a dar um parecer negativo sobre a prevista intervenção da Frente na RTP.

Com base no artigo 165.º da Constituição, de acordo com o qual compete à Assembleia da República «vigiar pelo cumprimento da Constituição e das leis e apreciar os actos do Governo e da Administração», a FEPU enviou ao dr. Vasco da Gama Fernandes uma exposição informativa de todos

os passos já dados, esperando que ela seja divulgada na Assembleia, a fim de que sejam tomadas medidas «tendentes a reporem a legalidade democrática».

No documento a FEPU lembra que «o artigo 48.º do Decreto-Lei 01/A/76 (que regula as eleições locais) exige rigorosa neutralidade perante as diversas candidaturas» da parte dos titulares dos órgãos e agentes do Estado, o que não sucedeu com a intervenção do Primeiro-Ministro na RTP».

Recordou-se igualmente, durante a conferência de imprensa que, segundo o artigo 109.º do mesmo Decreto-Lei, assinado por Mário Soares, os cidadãos abrangidos pelo artigo 48.º, atrás referido, «que infringirem os deveres de neutralidade e imparcialidade aí prescritos serão punidos com prisão até um ano e multa de 2000\$00 a 20 000\$00».

PUB.

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO DISTRITO DE SETÚBAL

CONVOCATÓRIA ASSEMBLEIA DE DELEGADOS

Convocam-se os delegados sindicais deste Organismo, para comparecerem, segundo a sua zona, nas Assembleias de Delegados a realizar no próximo dia 10 do corrente, pelas 9 horas, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Análise e discussão relativa ao Congresso de todos os Sindicatos;
- 2 — Delegados ao Congresso.

As assembleias funcionam:

ALMADA — Na Lisnave — Sala da CGT

SETÚBAL — No Edifício do INATEL

BARREIRO — Na sede do Sindicato, Rua Miguel Pais, 35-A.

Barreiro, em 6 de Dezembro de 1976

Pe'l'A DIRECÇÃO

PUB.

SINDICATO DOS TRABALHADORES ELECTRICISTAS DO CENTRO COIMBRA

CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS PORTUGUESES

CONVOCATÓRIA

Convocam-se todos os Delegados Sindicais para uma Assembleia que se realiza no dia 10/12/76 — 6.ª feira, pelas 10 horas na sede do Sindicato com a seguinte ordem de trabalhos:

I — DOCUMENTOS DO CONGRESSO

- a) — Lei Sindical
- b) — Estatutos da Confederação Geral dos Sindicatos Portugueses
- c) — Programa de Acção.

II — INFORMAÇÕES

Coimbra, 29 Novembro de 1976

A DIRECÇÃO

É o seguinte o texto que a Comissão Coordenadora da Comissão Nacional da Frente Eleitoral Povo Unido elaborara para divulgar na RTP, no exercício do legítimo direito de resposta:

«Estamos hoje aqui na Televisão para repor a verdade sobre a Frente Eleitoral Povo Unido, verdade que aqui foi deturpada pelo Primeiro-Ministro numa infeliz e lamentável interferência na campanha eleitoral, que lhe estava vedada pela lei eleitoral que assinou com o seu próprio punho.

«Não estamos aqui para hostilizar qualquer força política e muito menos para hostilizar democratas.

«Estamos aqui apenas para que o povo português tenha acesso à verdade.

«Não respondemos a insinuações com novas insinuações, a calúnias com novas calúnias.

«A nossa concepção do que deve ser a vida democrática do País, o respeito que temos pelo povo português impedem-nos de seguir por esse caminho.

«Somos pela serenidade contra a exaltação, pelo diálogo contra a intolerância, pela seriedade contra a demagogia, pela unidade democrática contra a divisão.

«O Primeiro-Ministro disse que a Frente Eleitoral Povo Unido era um disfarce do PCP.

«Mas a verdade é que o Primeiro-Ministro não tem razão.

«O Primeiro-Ministro não tem razão porque é público, é notório, é do conhecimento geral, tem sido afirmado constantemente em documentos, conferências de imprensa, entrevistas, comícios e sessões de esclarecimento que o PCP integra e apoia a Frente Eleitoral Povo Unido, tal como o MDP/CDE, a FSP e numerosas personalidades independentes.

«Nada está portanto escondido ou disfarçado. Tudo está bem à vista para quem quiser olhar sem preconceitos.

«Não tem razão o Primeiro-Ministro, porque além de comunistas, de militantes do MDP e da FSP, participam em todo o País nas listas do POVO UNIDO muitos milhares de homens e mulheres sem qualquer filiação partidária e ainda muitos filiados em outras organizações, nomeadamente militantes socialistas, que sem quebra dos seus princípios e ligações partidárias, entenderam que a melhor maneira de derrotar a reacção e abrir caminho para a resolução dos problemas das suas terras era aderirem ao processo unitário que tem expressão na Frente Eleitoral Povo Unido.

«Basta, a título de exemplo, referir que nas listas do POVO UNIDO para as Assembleias de Freguesia mais de 60% dos

candidatos são independentes. Basta a título de exemplo referir que há listas em que a percentagem de socialistas sobe a 30%.

«Finalmente o Primeiro-Ministro não tem razão ao imaginar disfarces ou outras atitudes menos claras. Disfarces para quê?

«A formação da Frente Eleitoral Povo Unido baseia-se no exercício de um direito consignado na Constituição e regulado na própria lei elaborada pelo Governo, direito que não pode ser contestado, a não ser que se queira contestar a Constituição e as liberdades democráticas.

«A Frente Eleitoral Povo Unido são os milhares de homens e mulheres, de muito diversas correntes de opinião, que desejam a unidade simbolizada nos três quadradinhos entrelaçados do POVO UNIDO.

«A Frente Eleitoral Povo Unido é um poderoso movimento de milhares de homens e mulheres que não comandam nem são comandados por ninguém pela simples razão de que a sua unidade se realizou na base dos problemas locais que defrontam e na base da sua vontade comum de os resolver.

«A grande liberdade da Frente Eleitoral Povo Unido está na atitude patriótica de milhares de homens e mulheres, de firmes sentimentos democráticos, que pensam justamente que não é com calúnias, desconfianças e divisões entre democratas que se defenderá a liberdade e a democracia, mas sim com respeito mútuo, com acção comum, com unidade, com a mesma unidade que permitiu o 25 de Abril.

«Os milhares de candidatos que não são comunistas, que têm outras opiniões, mas trabalham lado a lado com os comunistas na Frente Eleitoral Povo Unido têm o direito que as suas convicções sejam respeitadas, têm o direito de serem aquilo que são e não aquilo que o Primeiro-Ministro pretende que sejam.

«A unidade do povo e das forças democráticas é uma necessidade cada vez mais fortemente sentida face aos graves problemas que afectam a vida do nosso povo, face à urgência de cortar o caminho aos que querem regressar ao passado.

«Aqueles que combatem a unidade têm os olhos fechados para a realidade concreta do País, atiram a satisfação das aspirações do nosso povo.

«Os que lutam pela unidade, os que querem ser povo unido, estão voltados para o futuro, para o futuro da liberdade e progresso que os portugueses merecem e hão-de construir defendendo a revolução do 25 de Abril e as suas conquistas».

PUB.

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO E SERVIÇOS DO DISTRITO DE SANTARÉM

ASSEMBLEIA DE DELEGADOS SINDICAIS CONVOCATÓRIA

Em conformidade com o art.º 10.º — Anexo I dos Estatutos, convoca-se a Assembleia de Delegados a reunir no próximo dia 9 de Dezembro de 1976, pelas 21 horas, NO SALÃO DO INATEL, sito no Campo Emílio Infante da Câmara, em Santarém, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 — LEGISLAÇÃO DO TRABALHO
- 2 — CONGRESSO DOS SINDICATOS
 - a) Estatutos da Intersindical Nacional
 - b) Programa de Acção
 - c) Lei Sindical
- 3 — DIVERSOS

Santarém, 25 de Novembro de 1976

A DIRECÇÃO

SINDICATO DOS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO DISTRITO DE LISBOA

Av. Visconde Valmor, 34 - 1.ª Lisboa Telef. 770274 - 763276 - 770086

TÁXIS CONCURSO

ATRIBUIÇÃO DE ALVARÁS PARA O CONCELHO DA LOURINHÁ

O SINDICATO DOS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO DISTRITO DE LISBOA comunica a todos os seus associados que o concurso para atribuição de ALVARÁS — TAXI no concelho da LOURINHÁ estará aberto até ao dia 20 de Dezembro de 1976.

NOTA: Para outras informações dirige-te ao Sindicato.

Lisboa, 7 de Dezembro de 1976

Pela Direcção

NO CAMPO PEQUENO

Participação entusiástica
no comício do «Povo Unido»

“Alguém quer o regresso dos França Borges, embora com outros nomes e rótulos políticos?”. Um “Não!” espontâneo foi a resposta imediata à interrogação formulada por Silva Graça, primeiro candidato à Câmara Municipal de Lisboa pela Frente Eleitoral Povo Unido, durante o comício promovido ontem à tarde, no Campo Pequeno, pela CEU de Lisboa da FEPU.

Apesar do mau tempo, uma assistência entusiástica, vibrante e participativa — na qual se destacava uma banda popular da CEU de Sacavém — encheu por completo o recinto. Muitos cartazes indicavam o apoio à Frente de Comissões Eleitorais Unitárias da zona de Lisboa. Presidiu ao comício, João de Freitas Branco, independente, membro da Comissão Nacional da FEPU, que, em palavras introdutórias, falou genericamente dos objectivos e trabalho realizado pela Frente, dirigindo “uma saudação vibrante e calorosa à nossa grande unidade”.

Usaram da palavra no comício, dois candidatos da FEPU e representantes dos três partidos — PCP, FSP e MDP/CDE — que constituem o suporte jurídico da Frente.

Silva Graça, primeiro nome da lista concorrente à Câmara de Lisboa, deu início, às intervenções, começando por saudar “as gloriosas tradições de luta do povo de Lisboa contra a opressão e o obscurantismo, que vêm desde 1383, 1640, 1910, até aos nossos dias, até ao 25 de Abril de 1974”, aludindo em seguida “aos presidentes fascistas da Câmara de Lisboa, aos França Borges, aos Salvação Barreto, aos Santos

e Castro, responsáveis directos pelo estado a que chegou a nossa cidade de Lisboa”. Recordou “o cortejo de gravíssimos problemas de ordem social que se verificam nos bairros degradados e de lata, os transportes deficientes e caros, a falta de escolas, zonas verdes, equipamento social e rede hospitalar adequada, a especulação com terrenos, com o centro da cidade a ser ocupado pela alta finança e prédios de luxo, o proliferar da droga e da prostituição” — uma parte da herança legada pelas administrações fascistas que passaram pela Câmara. Foi então que perguntou: “Alguém quer o regresso dos França Borges, embora com outros nomes e rótulos políticos?”. Os milhares de pessoas responderam com um “Não!” unísono.

Silva Graça apontou depois a necessidade de novas formas de organização colectiva. “É tempo de devolver a cidade aos seus habitantes — disse — levando à prática o programa da FEPU. Mas isso só é possível se as grandes conquistas do 25 de Abril se aprofundarem e consolidarem, tornando-se irreversíveis. Esta a perspectiva nacional que o povo de Lisboa não pode perder de vista, devendo por isso ser solidário com os operários das cinturas industriais, com os operários agrícolas da zona da Reforma Agrária, com os seareiros e rendeiros, com os pequenos e médios agricultores do Norte, enfim, com todo o povo trabalhador”.

O orador referiu-se igualmente à “confiança nas massas populares e na sua capacidade criativa, na sua imaginação criadora” necessárias para “um

planeamento democrático com audição das populações”, relembrando alguns dos aspectos do programa dos candidatos de Lisboa, já divulgado.

A concluir, Silva Graça expressou a convicção de que o povo de Lisboa “irá votar para que seja possível uma administração democrática na Câmara Municipal, irá votar para que, unido de uma forma organizada, venha a ser o dono da sua cidade”.

PARTICIPAÇÃO POPULAR

José Tengarrinha, primeiro candidato à Assembleia Municipal, foi o orador seguinte, baseando a sua intervenção na necessidade de uma ligação estreita das administrações locais com as organizações populares, pois “as administrações locais eleitas terão uma vida tanto mais democrática e efectiva quanto mais estiverem inseridas nas populações”. Salientou ser indispensável a existência de “um movimento popular, unitário e organizado, para a resolução dos problemas dos cidadãos”, frisando que, tal como prevê a Constituição, as organizações populares de base têm o direito de participar no exercício do poder local.

Tengarrinha disse que a FEPU “respeita a autonomia financeira e administrativa das autarquias locais e defende a descentralização para as freguesias”, assinalando que “a intervenção dos cidadãos na administração local não termina no próximo dia 12, dia das eleições, data em que começará uma nova fase da vida local”. O primeiro candidato da FEPU à Assembleia Municipal de

Lisboa, concluiu a sua intervenção sublinhando que “a participação popular exige organização da qual dependerá a força do povo para a resolução dos seus problemas concretos, contributo importante para a construção de um Estado democrático que, organizado e eficiente, será uma barreira invencível contra a reacção”.

“CORAGEM E COERÊNCIA”

Falaram depois os representantes dos partidos, recebidos com os gritos de “Unidade, Unidade”. Manuel Serra, da FSP, foi o primeiro a usar da palavra. Saudou a “coragem e coerência” dos militantes das listas do “Povo Unido” numa altura em que “a ofensiva da direita está a generalizar-se a todos os níveis da vida portuguesa (...) contra tudo o que de progressista nos trouxe a Revolução do 25 de Abril”. Denunciou as manobras conspiratórias da direita e lamentou que “muitos dos que conosco combateram o fascismo estejam agora contra nós e contra os trabalhadores. Mas eles enganam-se, pois se a direita tomasse o poder, seriam — tal como a História nos ensina — vítimas da sua própria cedência”.

Manuel Serra insurgiu-se perante a ofensiva em curso da reacção contra a Reforma Agrária, a qual “é uma vitória que terá de ser, serena mas firmemente, defendida pelo povo trabalhador (...) o que equivale à defesa do futuro da democracia e do socialismo”. O dirigente da FSP criticou duramente a acção do Governo PS, especialmente no tocante à cobertura que vem dando aos ataques reacçãoários contra a Reforma Agrária e à política de empréstimos do imperialismo.

“Uma votação maciça na FEPU — disse por fim Manuel Serra — passará para as mãos do povo os destinos do poder local — uma força fundamental para o futuro do nosso processo político — e cimentará a unidade do povo trabalhador”.

A unidade do povo, “uma arma preciosa e insubstituível”, foi o tema central da curta intervenção de António Galhardos, do MDP/CDE. Unidade que “requer espírito



de cooperação e tolerância e também grande firmeza ideológica”. Galhardos referiu-se também à útil experiência de unidade adquirida pelo povo português no tempo do fascismo e disse ainda que “a FEPU, para além dos objectivos eleitorais, veio despertar o espírito unitário das massas populares”.

CENTENAS DE SOCIALISTAS NAS LISTAS “POVO UNIDO”

Por último, falou Carlos Costa, do PCP. “Só o povo pode resolver os problemas do povo. Mas para que o povo seja capaz de resolver os seus problemas tem de estar unido e a FEPU, os seus candidatos e programas, existem precisamente para unir o povo”, começou por declarar o dirigente comunista, recordando de depois a importância de, nas próximas eleições, se registar uma vitória da esquerda, como sucedeu para a Assembleia da República e que tem permitido, apesar da política seguida pelo Governo PS, defender as conquistas fundamentais da Revolução portuguesa. Alertou para os perigos de uma vitória da direita, embora garantindo que “o PPD e o CDS serão derrotados e a esquerda vencerá”.

“Mas não basta uma qualquer vitória da esquerda — prosseguiu Carlos Costa — pois é preciso uma grande vitória da FEPU (...) para convencer o PS de que o povo quer um Governo de esquerda capaz de resolver os grandes problemas nacionais. É igualmente sabido que o actual Governo já não tem credibilidade para se aguentar por muito mais tempo. Os orgulhosamente só fracassaram no passado e estão em vésperas de fracassar novamente. Mais do que nunca, a alternativa para a formação de um Governo de esquerda dependerá do resultado destas eleições e por isso a importância de uma grande vitória da FEPU. Inúmeros militantes socialistas já o compreenderam. Por isso, centenas de socialistas fazem parte das listas “Povo Unido” e centenas de milhares de socialistas vão votar nas listas “Povo Unido”.

Carlos Costa criticou depois o Primeiro-Ministro Mário Soares por ter utilizado a televisão “para fazer propaganda eleitoral e atacar a FEPU dizendo que era uma

máscara do PCP, o que é uma primária mentira. Mais de metade dos trinta mil candidatos da FEPU não são militantes do PCP, MDP e FSP.” Denunciou, por seu turno, o facto de nos distritos de Setúbal, Beja, Portalegre e Évora, o PS, PPD e CDS terem feito, “às ocultas”, uma “autêntica aliança eleitoral”, acentuando que “estas é que são as alianças eleitorais que não estão contempladas na Constituição”.

“Outra completa ilegalidade — disse também o dirigente do PCP — é a ida à televisão de António Barreto, que poderia perfeitamente esperar para a próxima semana. Denunciamos este facto, injusto e ilegal, de António Barreto ir à televisão para pressionar e intimidar, a três dias das eleições, os trabalhadores do Alentejo. O mínimo que podemos e devemos exigir é o direito de resposta que a televisão, primeiro, nos prometeu, para depois nos negar, após consulta à Secretaria da Comunicação Social, o que foi outra ilegalidade, pois a televisão, pelos seus estatutos, é independente do Governo”.

Após anunciar que “os parlamentares comunistas votaram contra a lei que quer impor aos trabalhadores parte do 13.º mês em títulos do Estado”, Carlos Costa declarou que, apesar das críticas, “desejamos a unidade com o PS, mas desejamos também que o PS siga outro caminho, indispensável para levar a Revolução adiante”. Na parte final da sua intervenção, Carlos Costa mostrou-se confiante numa grande votação na FEPU, garantindo que os partidos da direita, PPD e CDS — “cujo programa se pode resumir no regresso dos caciques, já não voltarão ao Estado Novo, nem por via eleitoral, nem por qualquer outra”.

João de Freitas Branco leu depois duas moções, que viriam a ser aprovadas por aclamação. Uma, repudiando a decisão do juiz de Torres Vedras e apoia a intenção de nos concelhos afectados se votar à mesma nas listas “Povo Unido”. A outra moção repudia a “actuação ilegal” das mentiras e falsidades do Primeiro-Ministro na televisão, exigindo o direito de resposta, nos termos da Constituição.

Antes do comício, houve uma pequena sessão de Canto Livre, tendo actuado o coral juvenil da Freguesia de Fátima, José Jorge Letria e o “Intróito”.

REVELADO NUM COMÍCIO

Nove socialistas na lista
do «Povo Unido» em Felgueiras

FELGUEIRAS — Para apresentação dos seus candidatos à Câmara e Assembleia Municipal desta vila, a Frente Eleitoral Povo Unido levou a efeito no Mercado Municipal de Felgueiras um comício que contou com grande participação. A sessão foi presidida pelo dr. Ferreira Alves, membro da comissão eleitoral do MDP/CDE, que fez um veemente apelo à unidade de todas as forças e pessoas antifascistas e progressistas no sentido de derrotar a reacção e o caciquismo, salientando que essa unidade se traduz, na prática, na formação da Frente Eleitoral “Povo Unido”.

O primeiro candidato à Assembleia Municipal de Felgueiras, José Quintela, discursando igualmente no comício revelou que, nas listas apresentadas pela FEPU no concelho participam, além de militantes e independentes, um membro do MES e nove saídos do PS. José Quintela salientou ainda o facto de 42 candidatos da FEPU de Felgueiras serem mulheres, o que, disse, “prova que as mulheres não são um instrumento de voto da direita, mas sim que estão conscientes de que, sem a sua participação, não é possível a resolução dos muitos problemas que se colocam ao País”.

No comício discursaram ainda Artur Garibaldi, que encabeça a lista da FEPU à Câmara Municipal, Luis Bastos, Maria do Céu Costa Leite, Clemente Quintela.

O comício terminou com uma Festa Popular em que participou um grupo de artistas teatrais.

PORTO — Foi com autêntica

e manifesta alegria que milhares de pessoas encheram ontem por completo a nave central do Palácio de Cristal, para participar na festa popular organizada pela Frente Eleitoral Povo Unido.

Correspondendo à vontade dos organizadores em transformar aquele encontro numa verdadeira festa de todos aqueles que “sentem

que o voto na Frente Eleitoral Povo Unido é o voto útil para defesa da democracia e das conquistas do 25 de Abril”, como afirmaria Cassiano Abreu e Lima numa breve intervenção, os largos milhares de pessoas presentes acompanhariam sempre com entusiasmo — oracando e dançando — os diversos intervenientes na festa.

EM AVEIRO

«Zé Povinho» a pé
Soares de bicicleta

AVEIRO — Após profusa distribuição de um folheto, anunciando a presença do dr. Mário Soares em Aveiro, efectuou-se nesta cidade, na passada 3.ª feira, um comício eleitoral do Partido Socialista.

O tom caricato do citado folheto (representando o secretário-geral do PS, montado numa bicicleta, com o «Zé Povinho» atrás e a legenda «Arranca, Zé! Estamos na meta!») constituía, já, um indicador do que seria o comício. As intervenções nele verificadas não defraudaram a expectativa das pessoas presentes no Teatro Aveirense.

Usaram da palavra um vice-presidente da Câmara Municipal de Aveiro, sr. Orlando Cruz, o secretário de Estado da Comunicação Social e dirigente do PS, sr. Manuel Alegre, e o Primeiro-Ministro

e secretário-geral do mesmo partido dr. Mário Soares.

O sr. Orlando Cruz procurou, na sua intervenção, apresentar todas as realizações da Câmara Municipal da cidade como «obra» dos elementos socialistas, quando aquele órgão é constituído, na sua maioria, por militantes do MDP/CDE e do PCP.

O sr. Manuel Alegre, por sua vez, dedicou-se quase exclusivamente a atacar o PCP e a Frente Eleitoral Povo Unido, no que foi seguido pelo dr. Mário Soares.

No seu discurso, o secretário-geral do PS, falando muito como Primeiro-Ministro, fez o elogio do governo a que reside, prometendo conseguir para o povo português um “índice de vida” semelhante ao existente noutros países da Europa capitalista. Aliás, segundo as palavras do dr. Mário Soares, o Governo já fez muito,

diminuindo para metade o «absentismo» e conseguindo um «aumento extraordinário» no turismo e na produção.

CANDIDATO INELEGÍVEL

Entretanto, o padre Manuel Marques Alves, candidato do PS nas eleições para as autarquias, que tem a seu cargo as paróquias de Vilar de Cunhas e Gondiaes (Cabeceiras de Basto), foi declarado inelegível, pelo Tribunal da Relação do Porto.

Recorde-se que, segundo o artigo 4.º do Decreto-Lei 701-B/76, de 29 de Setembro, são inelegíveis «os ministros de qualquer religião ou culto, com poderes de jurisdição na área da autarquia».

PUB.

BRAGANÇA

Herdeira de nome de uma vasta região montanhosa que ainda conserva esta designação, existe historicamente como povoação desde o século XII e pré-historicamente teve uma vida milenária envolvida em lendas que lhe dão particular carácter de mistério.

Dotada de um sistema defensivo de muralhas muito bem conservadas, a velha cidadela concentra em si tesouros arquitectónicos de grande sobriedade e raridade, como o edifício pentagonal a que chamam "Domus Municipalis", românico civil do século XII, e a formosa Torre de Menagem, que data do século XV. Podem também apreciar-se edifícios característicos de diversas épocas, um belo Museu e numerosas igrejas e capelas com altares de fina talha dourada.

CONHEÇA BRAGANÇA EM FIM DE SEMANA

Transporte em autocarro e alojamento no moderno e confortável, HOTEL BRAGANÇA.

Partidas — Todas as sextas-feiras da Rua Augusto dos Santos N.º 5 (junto a Igreja de S. Sebastião da Pedreira). Saída às 08.00 horas. Chegada a Bragança cerca das 20.00 horas.

Retorno — As terças-feiras o nosso autocarro passará no Hotel às 08.00. Chegada a Lisboa cerca das 20.00 horas. Na ida e no regresso, paragem de hora e meia em Viseu para almoço.

Preços por pessoa — Em quarto de duas pessoas c/banho

	C/ transporte	S/ transporte	Noite extra
Quarto e pequeno almoço	1.400\$00	800\$00	175\$00
Meia-pensão	1.860\$00	1.260\$00	293\$00
Pensão completa	2.280\$00	1.680\$00	395\$00
Suplemento para quarto individual	320\$00	320\$00	80\$00

informações e inscrições:

mundial turismo

LISBOA: AV. ANTÓNIO AUGUSTO DE AGUIAR, 90-B TEL. 60921/22/23/24
 PORTO: RUA ENTRE PAREDES, 17 TEL. 26544

PUB.

SINDICATO DOS CONSTRUTORES CIVIS

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

CONVOCATÓRIA

Nos termos do disposto no Art.º 27.º, alínea c) e 56.º do Estatuto, convoco a Assembleia Geral do Sindicato a reunir em sessão ordinária, na sede do Sindicato, em Lisboa e nas sedes das Secções Regionais no Porto e Funchal, no próximo dia 16 do corrente mês, pelas 20.30 horas, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único: Apreciação e votação do orçamento geral para o ano de 1977.

Lisboa, 6 de Dezembro de 1976

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
 (Carlos Florindo dos Anjos Baptista)

NOTA: Segundo o Art.º 31.º do Estatuto, as reuniões da Assembleia Geral têm início à hora marcada com a presença de qualquer número de sócios.

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA CONVOCATÓRIA

Ao abrigo do previsto na alínea b) do art.º 29.º do Estatuto, convoco a Assembleia Geral do Sindicato, no âmbito da Secção Regional do Sul, a reunir em sessão extraordinária, na sede do Sindicato em Lisboa, no próximo dia 16 do corrente mês, pelas 21.30 horas, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Apreciação e deliberação sobre irregularidades praticadas na contabilidade do Sindicato.
- 2 — Apreciação da situação do funcionário José Henriques da Silva Faia.
- 3 — Informações

Lisboa, 6 de Dezembro de 1976

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
 (Carlos Florindo dos Anjos Baptista)

EM PAÇOS DE FERREIRA

Cinco mulheres nas listas «Povo Unido»

PAÇOS DE FERREIRA — Em manifesto distribuído à população deste concelho, onde é precária a protecção à mãe trabalhadora, os candidatos do Povo Unido à Assembleia Municipal e Câmara Municipal recordam que «21 deles são independentes e doze militam nos vários partidos democráticos portugueses». Regista-se que cinco mulheres concorrem pela FEPU nas próximas eleições.

Quanto às carências do concelho, o documento aponta a má distribuição da água, o péssimo estado dos caminhos, as más condições de habitação

dos trabalhadores, a má distribuição de energia, a precariedade de assistência aos doentes e à velhice, a falta de protecção às mães trabalhadoras e às crianças e a carência de instituições de cultura, desporto e recreio em que os trabalhadores possam ocupar utilmente os seus tempos livres.

Declara-se ainda no documento que os candidatos da FEPU «são a garantia de que a Câmara Municipal será do povo, porque são trabalhadores e já deram provas da sua dedicação nos interesses colectivos, na defesa da democracia e dos interesses dos trabalhadores».

EM VILA NOVA DE OURÉM

Unir para trabalhar objectivo da esquerda

VILA NOVA DE OURÉM — «Trata-se de um dos concelhos mais esquecidos. Vila Nova de Ourém é um potencial pequeno polo de desenvolvimento mas que não se vê nada estimulado, com o caminho de ferro a passar à porta e a ser servido lá para as bandas de Tomar e outras caricatas situações», lê-se na apresentação — programa dos

candidatos da lista da Frente Eleitoral Povo Unido desta vila do distrito de Santarém. Proseguindo num esforço de clarificação sobre a situação do concelho a que pertencem, os candidatos por Vila Nova de Ourém afirmam: «Está aqui, é ao pé de Fátima, mas Fátima conhece-se ao pé de Leiria ou fica perto de Tomar e até se pode falar de turismo e circuitos turísticos descrevendo tudo o que há a ver, e por onde passar, sem uma referência a Vila Nova de Ourém. E isto somos nós. Com uma taxa de emigração das mais altas do país (parece ser a segunda), incapaz de reter a sua juventude, vendo agora regressar das ex-colónias tantos centerráneos, e parecendo que não somos capazes de aqui os reintegrar e aproveitar (...) E Vila Nova de Ourém tem de viver! Temos condições para isso, desde que sejamos capazes de nos unir e de trabalhar para não nos deixarmos apagar como bocado do país que nem se sabe bem onde colocar». Justificando esta afirmação o manifesto revela «que o projecto de divisão administrativa regional que saiu há pouco coloca-nos numa região que se chama Estremadura e Vale do Tejo, porque somos do distrito de Santarém e, depois, ao fazer o agrupamento de concelhos nessa região, não se sabe onde ficariam, enquanto define oito agrupamentos — Abrantes, Caldas, Castelo Branco, Leiria, Santarém, Tomar, Torres Novas e Torres Vedras — por onde os concelhos que não são referidos se irão distribuir».

Após sublinharem, com base na citação de dados estatísticos, a importância que o concelho pode vir a revestir, afirmam: «é isto que temos de mudar. E não são as estatísticas que interessam, salvo para nos despertarem a consciência de uma situação. O que interessa é que é imperioso que se ataquem os problemas reais desta região, do nosso concelho, e por forma que a população tenha acesso a uma vida moderna digna, não para que «a minha galinha seja tão gorda como a da minha vizinha» mas para que contribuamos para um Portugal novo, e nós sejamos parte dele através da nossa luta para resolvermos os nossos problemas próprios e do dia a dia». É este programa de actividades que os candidatos da Frente Eleitoral Povo Unido estão dispostos a concretizar caso sejam eleitos em Vila Nova de Ourém.

«POVO UNIDO» DE VAGOS Por um concelho onde todos se sintam bem

VAGOS — «A lista de Vagos, apresentada pela Frente Eleitoral Povo Unido, é constituída por mulheres e homens independentes e honestos, que pensam de maneiras diferentes, que têm votado em partidos diversos, mas que estão unidos para defender, quer na Câmara quer na Assembleia Municipal, os interesses legítimos dos agricultores, dos comerciantes, dos operários, do ensino, enfim, de todo o povo deste concelho», declaram os candidatos independentes desta vila do distrito de Aveiro no programa agora divulgado. E prosseguem: «Somos uma lista com pessoas de diferentes idades, desde os 20 aos 60 anos, de diferentes profissões, todos interessados em que o nosso concelho seja uma grande terra.

Somos acima de tudo baírristas e orgulhosos de pertencermos a esta terra. Achamo-nos capazes, até pelas profissões que temos, de resolver os grandes problemas do nosso concelho, de o fazermos um concelho próspero

e avançado onde todas as pessoas se sintam bem».

«A Câmara de Vagos se for dirigida por nós, e se-lo-á se todos votarem em nós», garante os candidatos, «dialogará todos os dias com o povo de todas as aldeias e resolverá sempre todos os seus problemas. Somos democratas e por isso estaremos na Câmara até o povo querer e achar que não estamos a dirigir bem a Câmara. Defenderemos a Constituição, que é o conjunto de leis pelas quais nos regemos». Do programa faz parte uma longa lista de medidas pontuais contemplando os sectores da habitação e urbanismo, estradas, transportes, saneamento básico e abastecimento de água, electricidade, saúde e segurança social, assistência na gravidez, infância, deficientes, terceira idade, medicina preventiva, segurança social, educação, cultura, e recreio, agricultura, bombeiros, abastecimento, além de uma lista de realizações a curto prazo de que se destacam a construção de um mercado e de um hospital.

Abaixo-assinados de apoio à Frente «Povo Unido»

Formando diversas comissões de apoio à Frente Eleitoral Povo Unido, mais de mil trabalhadores de empresas de transportes marítimos, do sector portuário e da TAP, subscreveram abaixo-assinados de apoio àquela frente unitária.

«Apoiamos a unidade de todos os trabalhadores, que a Frente Eleitoral Povo Unido defende, pois representa a unidade que triunfou em 25 de Abril e no 1.º de Maio de 1974» — sublinham, no seu documento, 104 funcionários da Companhia Portuguesa de Trabalhos Portuários.

Do mesmo teor são os textos assinados por 99 trabalhadores da Companhia Nacional de Navegação, 76 da Companhia de Transportes Marítimos, 57 da Sopotana e 32 da Econave. Os 168 despachantes que

também apoiam formalmente a FEPU frisam, por sua vez, que «só a unidade em torno das listas Povo Unido permitirá construir em bases democráticas a vida municipal e local».

«Conscientes de que só o Povo Unido pode salvaguardar as conquistas alcançadas com o 25 de Abril», constituíram-se igualmente em Comissão de Apoio à FEPU, 83 estivadores e 27 portuários.

Os 403 subscritores do documento aprovado na TAP, finalmente, dão «todo o seu apoio» àquela frente, «com vista a colocar nas Juntas de Freguesia e nas Câmaras Municipais homens e mulheres que independentemente da sua opção partidária, desejam pôr os órgãos de administração local ao serviço do Povo».

APELO DA DORB DO PCP «Ninguém se pode abster nestas eleições»

COIMBRA — «Nenhum democrata, nenhum antifascista, nenhum português de esquerda se pode abster nestas eleições», proclama a Direcção da Organização Regional das Beiras do PCP, em comunicado divulgado nesta cidade a propósito do acto eleitoral do próximo domingo para as autarquias locais. «Tal atitude», explica a DORB do PCP, «seria profundamente errada. Quem ganharia neste momento se uma grande percentagem de

eleitores não exercesse o seu direito de voto? Quem ficaria a ganhar seriam as forças da direita que, vindo aumentada a sua expressão eleitoral teriam o campo mais livre para tentar impor a sua política antipopular pelo fim da Reforma Agrária, contra as liberdades, contra o processo democrático. Votar é um direito e um dever de todos os cidadãos. Votar nas listas unitárias do Povo Unido é um dever de quantos aspiram a uma sociedade mais justa, à paz e ao progresso social».

MARROGOS

... país exótico ao pé de casa!

- fins de semana
- mini-semana
- uma semana
- cidades imperiais
- Tanger e Gibraltar

desde 265000

INFORMAÇÕES E RESERVAS

colaboração royal air

AV. LIBERDADE 233 TEL. 53912 LISBOA 2

Bragança combate caciques

BRAGANÇA — Uma forte adesão popular em torno da Frente Eleitoral Povo Unido tem vindo a registar-se no distrito de Bragança, a despeito das dificuldades que têm sido postas aos seus activistas.

Com efeito, o número de participantes nas sessões promovidas por aquela Frente Unitária tem sido cada vez maior nas diversas freguesias, como acaba de verificar-se em Izeda, do concelho de Carrizada de Ansiães, onde mais de cem pessoas se reuniram na escola primária local para participarem na sessão de esclarecimento em que estiveram presentes diversos candidatos da FEPU.

O caciquismo domina em vastas zonas da região, boicotando mesmo a realização de sessões, como sucedeu no passado domingo em Coelhooso, quando a sessão programada foi impedida por um grupo de reacionários locais, o que não obsteu a que os candidatos da FEPU percorressem as ruas da freguesia e distribuissem o programa e o manifesto. Também em Mirandela, uma caravana da FEPU percorreu quatro das principais freguesias, contactando com a população e distribuindo o manifesto eleitoral e o programa.

Candidatos analisam transportes na Maia

PORTO — Os candidatos do «Povo Unido» do Concelho da Maia acabam de tornar público um pormenorizado estudo sobre as carências da região, nomeadamente quanto a transportes. Nesse caso, o documento aponta para a insuficiência das carreiras existentes e para a falta de ligação entre grande parte das freguesias do concelho, revelando ainda os itinerários impróprios para as populações, horários desajustados para trabalhadores e alunos, etc.

Os candidatos da FEPU àquela autarquia afirmam, a propósito, que «tudo farão para tirar os transportes do estado caótico em que se encontram».

A autonomia dos órgãos municipais e de freguesia, habitação, ensino, saúde, cultura e desportos, saneamento, arruamentos, contam-se entre outros assuntos que merecem a atenção dos candidatos da FEPU, que afirmam «estarem cientes das enormes dificuldades a vencer para resolver os inúmeros problemas existentes».

Os candidatos comprometem-se ainda, em estreita ligação com as comissões de moradores, de trabalhadores, colectividades culturais e recreativas, a não regatear esforços em favor das populações.

Emigrantes portugueses apoiam «Povo Unido»

«Desejariamos que para as juntas de freguesia e câmaras municipais fossem eleitos homens e mulheres capazes de, dentro do maior espírito unitário, defenderem os interesses das classes exploradas e impedirem que possam ainda aparecer os caciques e os seus laçaios ligados à classe exploradora e aos antigos opressores», afirmam, em abaixo-assinado, vinte e dois trabalhadores portugueses radicados no Luxemburgo, em manifesto de apoio à Frente Eleitoral Povo Unido. Prosseguindo, acrescentam: «Desejariamos que os problemas que atormentam o povo português, na sua aldeia, ou na sua região, tais como trabalho, saúde, segurança social, habitação e ensino possam ser discutidos e debatidos pelos trabalhadores». Na opinião destes emigrantes a Frente Eleitoral Povo Unido «é a frente ampla e livre onde todos os problemas acima referidos e outros poderão ser discutidos pelos verdadeiros defensores dos interesses e lutas das classes exploradas».

INDEPENDENTES DE OVAR

Também os independentes que integram a lista da Frente

por Ovar divulgaram um documento onde dão conta das razões do seu apoio à lista do Povo Unido. Após explicarem a sua condição de independentes, opinam que «presentemente vive-se uma fase da vida política nacional em que se verifica uma nítida escalada das forças reacionárias omnipresente em todos os sectores da vida do nosso país, mas principalmente a nível local». Depois de adiantarem que consideram que muitos dos actuais problemas agora sentidos pelos democratas radicam em erros cometidos pelos próprios em tempos recentes, pensam, por outro lado, que a Frente Eleitoral Povo Unido é local privilegiado do «recontro» de todos os que pretendem lutar pela resolução «dos problemas concretos das populações».

EM SANTIAGO

Por sua vez o apoio à Frente Eleitoral Povo Unido tem vindo a aumentar na região de Santiago do Cacém. Assim, duzentos operários da AC da zona de Santo André e Santiago do Cacém e os trabalhadores das Unidades Colectivas de Produção «Vai ou Racha» e «Boa Vontade» do

Cercal do Alentejo decidiram constituir-se em Comissão de Apoio à Frente Eleitoral Povo Unido, cujos candidatos consideram os mais capazes na defesa dos interesses do povo português.

Em Viana do Castelo os dirigentes sindicais, em comunicado distribuído à população, apoiam também as listas locais da Frente porque nelas, defendem, estão «homens da confiança das populações, homens capazes de defender os interesses dos trabalhadores e das massas populares em geral».

E ALPIARÇA

Também cento e vinte pessoas reunidas na Casa do Povo de Alpiarça no passado dia 1 de Dezembro, em sessão promovida pela Comissão Unitária de Juventude Local de Apoio à Frente Eleitoral Povo Unido, aprovaram uma moção considerando «que só esta organização unitária será capaz de defender e realizar os interesses da população de cada concelho, opondo-se energicamente ao avanço das forças reacionárias, e consolidando assim a nossa democracia, rumo ao socialismo!»

EM LOULÉ

«Só o «Povo Unido» tem listas progressistas»

«As listas do «Povo Unido» são as únicas progressistas, pois quer as do Partido Socialista, quer as do PPD têm elementos que, mais ou menos directamente, estiveram comprometidos com a injustiça e a opressão do passado fascista e a ANP. Assim, o PS apresenta o ex-ANP Plácido de Sousa Vieira, como efectivo para a lista da freguesia de Alte; o PPD apresenta o ex-ANP José da Silva Júnior como suplente para a lista da Câmara Municipal e Francisco Pires Leonardo como efectivo para a lista da freguesia de Salir». Este é um extracto do comunicado da Comissão Concelhia de Loulé da Frente Eleitoral Povo Unido. Nele se indica que «uma primeira vitória se alcançou já, ao ser possível reunir nas listas do «Povo Unido» homens e mulheres de diversas tendências, que já deram provas, antes e depois do 25 de

Abril, e que merecem a confiança do Povo para a defesa dos seus problemas». E o comunicado da FEPU de Loulé indica que para a Câmara Municipal o primeiro nome da lista é João Santos Simões, tipógrafo, ex-elemento da CA da Câmara Municipal, enquanto para a Assembleia Municipal encabeça a lista o bancário Jorge Silva Santana. Para a freguesia de S. Clemente, a lista da FEPU é encabeçada por dois

elementos do Partido Socialista, Paulino Lourenço Moreira, empregado da indústria hoteleira, e José Manuel Assunção, electricista. É assim notória a diferença entre as listas da FEPU, de cariz unitário e progressista, e as restantes que se apresentam a sufrágio. Uma alternativa a que o povo de Loulé — à semelhança do que sucederá em muitas outras terras — não «deixará de dar uma resposta clara e firme».

ATÉ DIA 13

Aulas poderão ser interrompidas

A partir de amanhã até segunda-feira, dia 13, as actividades escolares poderão

ser interrompidas sempre que se justifique, nos estabelecimentos de ensino onde funcionem assembleias de voto. Nos outros não há qualquer suspensão de aulas. Estas medidas foram determinadas pelo MEIC que, para o efeito, divulgou a seguinte nota oficiosa:

«Com vista a evitar situações isoladas inadequadas e eventualmente prejudiciais relativamente ao período de interrupção de aulas nos estabelecimentos de ensino em que funcionem assembleias de voto o MEIC informa: 1. Nos estabelecimentos de ensino primário, preparatório, secundário e médio em que funcionem assembleias de voto, poderão, sempre que se justifique, ser interrompidas as actividades escolares, desde sexta-feira, dia 10, até segunda-feira dia 13, ambos inclusive.

«2. Nos estabelecimentos onde não funcionem, ou mesmo que funcionem não se torne necessário, não há qualquer suspensão de aulas».

Moradores de Alverca querem «Povo Unido»

ALVERCA — Onze Comissões de Moradores da freguesia de Alverca decidiram por unanimidade «dar total e incondicional apoio às listas da Frente Eleitoral Povo Unido, para a Assembleia de Freguesia, Câmara e Assembleia Municipal, cientes que desta forma vão ao encontro dos reais interesses das populações e por reconhecer-se que nestas listas as pessoas são capazes de defender os interesses das populações e garantir a defesa da revolução rumo ao Socialismo».

A decisão foi tomada no decurso de um plenário realizado no passado dia 3, nele tendo tomado parte as

Comissões de Moradores da Zona 1, da Zona 3, do Brejo, da Quinta do Forno, do Bom Sucesso, de Arcena, do Fundo de Fomento, do Sobralinho, de A-dos-Potes e das Areias, tendo posteriormente aderido a Comissão de Moradores da Verdelha de Baixo.

As comissões de moradores acima enumeradas tomaram a decisão de apoio à Frente Eleitoral Povo Unido dado que as suas listas são «formadas na base de pessoas progressistas de várias tendências políticas e religiosas o que demonstra o largo leque unitário, tão essencial no actual momento político».

STAPE recorda aspectos da Lei Eleitoral

Do Secretariado Técnico dos Assuntos Políticos e Eleitorais recebemos o seguinte esclarecimento:

«Em referência a uma local publicada na edição de 23 de Novembro no jornal por V. Exa. dirigido e subordinada ao título — Em Vila do Conde «Povo Unido» denuncia atentado ao direito de reunião — entendeu por bem este Secretariado Técnico esclarecer que:

1. Está contido no âmbito da competência conferida à Comissão Nacional das Eleições pelo artigo 4.º, alínea d) e h), do Decreto-Lei n.º 93-B/76, de 29 de Janeiro, «assegurar a igualdade efectiva de oportunidades de acção e propagação das candidaturas durante as campanhas

eleitorais» e «decidir os recursos que os mandatários das listas e os partidos interpuerem das decisões do Governador Civil, relativas à utilização das salas de espectáculos e recintos públicos»;

2. Prevê ainda o artigo 112.º do Decreto-Lei n.º 701-B/76, de 9 de Setembro a possibilidade de procedimento judicial contra aquele que «impedir a realização ou prosseguimento de reunião, comício, cortejo ou desfile de propaganda eleitoral»;

3. Neste sentido foi já oficiado à Comissão de Vila do Conde da Frente Eleitoral Povo Unido e dado conhecimento à Comissão Administrativa Municipal de Vila do Conde».

PUB.

FRENTE ELEITORAL



POVO UNIDO

LISTAS UNITÁRIAS DAS FREGUESIAS DO PORTO APOIADAS PELA Frente Eleitoral POVO UNIDO

A Frente Eleitoral Povo Unido, atendendo ao carácter amplamente unitário de algumas listas propostas por cidadãos nas freguesias do PORTO, onde a FEPU não concorre, bem como aos programas que estas defendem, apoia as seguintes listas:

- Freguesia do Bonfim — Candidatura de Eleitores Unitária do Bonfim — CEUB — VII
- Freguesia de Ramalde — Lista Unitária de Ramalde — LUR — XIX
- Freguesia de Sá — Unir a População da Sá — UPS — I
- Freguesia de Massarelos — Comissão de Eleitores Unitários — CEU — XX
- Freguesia de Aldear — Comissão de Eleitores Unitária — CEUA — XI

AS POPULARES LIVRARIAS

PUB.



OFERECEM LIVROS AOS LEITORES DE «O DIÁRIO»

Leia «o diário» de dia 10

SUPREMO DECIDE

Retirada de «stand» do PCP no Porto foi um acto ilegal

PORTO - O Supremo Tribunal Administrativo deu provimento a um recurso do Partido Comunista Português acerca da decisão da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto de mandar retirar um «stand» de propaganda que o PCP tinha na Praça da Liberdade. Ao dar provimento ao recurso, o Supremo Tribunal revoga a decisão das instâncias inferiores, decidindo-se pela atribuição de «efeito suspensivo» do acto recorrido, tal como fora requerido pelo PCP. O Supremo Tribunal Administrativo considerou, ainda, ao tomar esta decisão, que a retirada do «stand» causava prejuízo irreparável e incalculável ao PCP.

Administrativa do Porto não só a anulação de tal decisão como a suspensão da executoriedade do acto. O juiz auditor viria a indeferir o pedido, tendo o PCP interposto recurso de agravo, que a mesma instância viria, contudo, a sustentar. Entretanto, a Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto, sem aguardar a decisão dos tribunais, mandava retirar o «stand» do PCP. Em comunicado então divulgado, este partido afirmava que «estas e outras atitudes, pretensamente estabelecidas do assio da cidade, mais não são do que um atentado contra as liberdades conquistadas pelo nosso Povo e consignadas na Constituição». Ao dar, agora, provimento ao recurso do PCP, o Supremo Tribunal Administrativo deixa bem claro a «precipitação» com que a actual Comissão Administrativa

POSSE DO COMANDANTE-GERAL «Guarda Fiscal controlará bens dispensáveis»

«As tarefas da Guarda Fiscal podem repercutir-se beneficentemente na evolução da situação através do controlo da entrada de bens que, em função do grau de dispensabilidade, estão ou venham a ser onerados ou contingentes e no controlo do movimento de divisas para fora do país, para evitar a sua saída e a maior carência de meios de pagamento sobre o estrangeiro», afirmou o ministro das Finanças, dr. Medina Carreira, ao empossar na passada terça-feira, o novo comandante-geral da GF,

brigadeiro Sousa Menezes. Na sessão, realizada no Salão de Reuniões do Ministério das Finanças, estiveram igualmente presentes os ministros da Administração Interna, Costa Brás, das Obras Públicas, Almeida Lima, os secretários de Estado das Finanças e Administração Interna e ainda oficiais dos três ramos das Forças Armadas. Salientando a competência de polícia de fronteiras que respeita à Guarda Fiscal, Medina Carreira insistiu particularmente na eficiência da GF para «uma

Vandalismo no Rato

Ontem à noite, no Largo do Rato, em Lisboa, cerca de uma centena de cartazes da Frente Eleitoral Povo Unido foram arrancados por marginais meia hora depois de terem sido afixados, e substituídos por cartazes do MRPP.

O novo comandante-geral da GF desempenhou ultimamente as funções de comandante militar dos Açores, tendo, em 1971, exercido o cargo de Chefe do Estado-Maior do Comando-Chefe de Moçambique. Após o 25 de Abril, depois da ida para aquela ex-colónia do comandante Vítor Crespo, o brigadeiro Sousa Menezes foi nomeado Chefe do Estado-Maior do Alto Comissário.

Assembleia dos Seguros em vez de referendo

Trabalhadores de seguros mobilizados em torno da acção dos delegados sindicais apelam à comparência em massa dos companheiros de trabalho, esta manhã, na sede do Sindicato, para discutirem a ordem de trabalhos de uma assembleia geral extraordinária que substitua aquela que a direcção decidiu convocar sem consultar a classe e que se traduz num «referendo» sobre a participação do Sindicato dos Trabalhadores de Seguros do Sul e Ilhas no Congresso de Todos os Sindicatos.

Em resposta às palavras do ministro, o novo comandante da GF, brigadeiro Sousa Menezes, afirmou que aquela corporação «continuará a cumprir com entusiasmo e dedicação as missões que lhe são atribuídas», colaborando com as Forças Armadas e com as forças de segurança «em tudo o que caiba dentro das nossas possibilidades e de acordo com as missões que nos foram atribuídas pelo Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas».

Atenção ÉVORA OS MORADORES DA CIDADE DE ÉVORA DEVEM DIRIGIR-SE AGORA A LIVRARIA «BENTO DE JESUS CARBAÇA» PARA SEREM INFORMADOS DO QUE É O CABAZ de LIVROS

Entretanto, a direcção do Sindicato emitiu um comunicado no qual acusa os delegados sindicais de praticarem o «golpismo». No entanto foi aquela mesma direcção que fez parte da comissão de redacção da «Carta Aberta» sem mandato dos trabalhadores, que se recusou a aceitar um requerimento dos delegados sindicais para efectuar uma assembleia geral para discussão e decisão sobre a participação no Congresso de Todos os Sindicatos e que avançou para a convocação de uma «referendo» sem consultar a classe. Por isso os trabalhadores que

EM VILA VERDE, CONTRA O CACIQUISMO Os difíceis caminhos da gestão municipal democrática

Durante largos meses, os munícipes de Vila Verde, no distrito de Braga, viveram uma gestão verdadeiramente democrática. Sob a égide do dr. Manuel Martins da Costa, dezenas de quilómetros de arruamentos foram construídos, a água foi canalizada para milhares de pessoas, povoações foram electrificadas, melhoraram-se e construíram-se dezenas de escolas, fontanários, lavadouros e diversos outros arranjos foram executados. A defesa intransigente dos interesses prementes das populações mais desfavorecidas durante o fascismo, particularmente numa zona rural como esta em que o caciquismo sempre soube impor os seus princípios de exploração, foi a perspectiva e a bandeira que norteou desde início a actividade duma Comissão Administrativa da Câmara que soube manter sempre viva uma dinâmica e uma actividade profundamente democrática. Por isso, e contra essa política de satisfação das necessidades populares, se levantaram, a partir de dada altura, as vozes da reacção, todos os caciques destronados temporariamente pelo 25 de Abril. Num momento em que o povo de Vila Verde se prepara para eleger aqueles que durante três anos irão gerir e orientar os destinos municipais, é de registar o facto de, encabeçando a lista da Frente Eleitoral Povo Unido, aparecer o dr. Martins da Costa. E com ele a certeza da defesa, no futuro, dos interesses que na prática sempre garantiu durante os meses em que esteve à frente da Câmara e que o povo não esquece; com ele a certeza duma acção coerente que nem os seus antecessores, nem os que o seguiram, representados nas outras listas concorrentes, conseguem mostrar.

«Vila Verde é um concelho eminentemente rural, com 42 000 habitantes e uma grande taxa de emigração. Neste momento deve haver cerca de 10 mil vilaverdenses emigrados, o que corresponde a um quarto da população residente e a um quinto da população total» — diz-nos o dr. Martins da Costa, começando por nos dar uma imagem económica, social e política do concelho.

«Na sua situação de essencialmente rural», prossegue, «é uma zona muito pobre. Não tem praticamente indústria; há talvez uma dúzia de fábricas de serração, todas elas pequenas, com uma média de cinco operários; há na freguesia do Prado uma cerâmica que é a unidade mais importante; também no Prado há a maior empresa de construção civil. O sector de serviços é muito pequeno, centrando-se na vila, que vive essencialmente dos serviços, do pequeno comércio, do sector público e pouco mais.

«Para além disso, é a lavoura, com uma estrutura agrária de minifúndio. Há zonas onde chega a haver leitras com 10 metros quadrados. Os processos utilizados são os mais primitivos, quase totalmente de autoab-sistência, e o número de tractores é muito limitado. Saem unicamente deste panorama uma exploração agrícola de certa dimensão, que é da família Silva Pereira, e outra dos Padres da Torre.

«Esta situação económica está na base da realidade social das populações, caracterizada por uma pobreza muito grande e por uma enorme falta de cultura. Há uma percentagem de analfabetismo da ordem dos 40% da população residente, considerando as pessoas com mais de 10 anos. Há até zonas onde, aquando do recenseamento, foram detectadas percentagens de analfabetismo da ordem dos 60 e 70%. Nas zonas rurais como Aboim da Nóbrega, Gondomar, Valdeu, foram detectadas taxas de analfabetismo dessa ordem. Por outro lado, e para além desses 40 a 50% de analfabetos, pode dizer-se que o resto é quase de pessoas que aprenderam a ler, mas que nunca mais o fizeram, não se podendo, assim, dizer que, na verdadeira acepção do termo, sejam pessoas que saibam ler. Hoje, grande parte delas sabem fazer o nome e pouco mais.

«Por outro lado, não há qualquer actividade cultural de maior valor e que actue no sentido de valorizar um pouco esta situação. Havia uma banda de música que, apesar de ter grandes tradições, está em decadência. Há um grupo folclórico que tem uma actividade de certo interesse.

«Tudo isto condicionou a nossa actuação na Câmara», adianta o cabeça de lista da Frente Eleitoral Povo Unido de Vila Verde, para precisar: «Nós, quando entramos para a gestão do município, encontramos uma câmara pobre, cheia de vícios, e sem dinheiro. E, o que é mais grave, é o facto de que quando nós tomámos posse, em Junho, havia funcionários que não recebiam os seus vencimentos.

eles sabem a quem me refiro...»

«ACÇÃO FRANCAMENTE POSITIVA»

«Assim, quais os principais objectivos que nortearam a acção da Comissão Administrativa da Câmara com vista a superar os maiores problemas municipais? — inquirimos.

«Logo que tomámos posse, a primeira preocupação que tivemos, e a isso demos uma atenção extraordinária, foi a de auscultar todas as populações, de todas as freguesias, no sentido de sabermos quais as carências imediatas e qual a forma como as populações pensavam que essas carências poderiam ser resolvidas. Nesse sentido fizemos um levantamento exaustivo das necessidades do concelho. Desse modo, chegámos à conclusão de que, nem com quinhentos mil contos se resolveriam essas carências mais imediatas. Ora, a receita ordinária da Câmara ronda os 4 500 contos. Estas limitações, respeitantes a verbas e dentro de uma orientação que entendemos sã, levaram-nos a encarar a resolução de muitos dos problemas do concelho fazendo um apelo à participação activa das populações interessadas. E nesse aspecto é que posso dizer que a acção da Câmara, sem falsas modestias, sem pretendermos menosprezar aquilo que tem valor, foi francamente positiva.

«Foram iniciativas que se concretizaram sem qualquer auxílio do Governo e normalmente com um pequeno auxílio camarário que desviávamos dos nossos magros recursos para o avanço de iniciativas populares. Realizaram-se deste modo obras inimagináveis tendo em conta os nossos recursos».

«Assim, durante o primeiro ano da nossa estadia foi nosso primeiro objectivo pôr a casa em ordem. Conseguimos, por exemplo, pagar todo o passivo. Claro que isso só foi possível com subsídios pelos quais lutámos, pois a Câmara não tem receitas próprias que lhe permitam fazer face às despesas normais e aos encargos atrasados. Devo dizer que, nesse aspecto, nós ficamos a dever muito à acção do V Governo. Conseguimos, no pouco tempo em que lá estive, resolver rapidamente problemas que se arrastavam.

«A nossa actividade, dizia eu, foi condicionada pela realidade sócio-política do concelho e pela situação económico-financeira e de degradação burocrática, de vícios que existiam na administração camarária quando nós fomos empossados. Não nos foi possível, temo de o confessar, pois isso iria me.e.r com muita coisa e estávamos provisoriamente e transitoriamente no cargo, sanear alguma coisa que havia de facto a sanear em matéria de pessoal. Por isso fomos prejudicados, fomos gravemente prejudicados na nossa actividade, pela inoperância, e até por muita resistência da parte de algum pessoal. Se houve funcionários — e eu mesmo quero render a minha homenagem a algum pessoal — que deram a sua melhor colaboração para que as coisas andassem, outros houve que entravaram a acção da Comissão Administrativa. (Não vou referir nomes, pois

OBRAS CONTADAS

Especificando, o dr. Martins da Costa, conta, reportando-se a alguns exemplos significativos:

«Foram dezenas de quilómetros de caminhos e estradas que se abriram, o que não é uma obra sobre a qual se possa passar uma esponja. A título de exemplo, posso citar a pavimentação de um caminho com cerca de 4 quilómetros na freguesia de Lage, que vai da estrada nacional ao lugar da Veiga. Os cascos das estradas até ao Monte do Castelo, em Barbudo, e da estrada que liga a freguesia de Moura à freguesia de Carreira de S. Tiago, numa extensão de mais de 2 quilómetros, e a abertura de caminhos que dão acesso a lugares totalmente isolados, como o lugar de Bemposta, da freguesia de Aboim, o lugar das Três Horas, em Godinhaços, o lugar de Bustelo, em Duas Igrejas, são outros exemplos que não poderão nunca ser esquecidos.

«Foi uma orientação rigorosamente seguida pela Câmara o fornecimento de todos os materiais para qualquer obra que as populações quisessem levar a cabo», explica o antigo presidente da Comissão Administrativa da Câmara de Vila Verde.

«E nos pensamos», prossegue o dr. Martins da Costa, «que isso é sobremaneira importante. Deste modo, apoiámos a iniciativa das populações que, apesar de nunca terem sido habituadas a isso, passam a ter a noção da sua capacidade de trabalho. Nós sempre pensamos, e viemos a comprová-lo, que é muito importante que as pessoas sintam que a estrada, a escola, o fontanário ou a canalização da água é a sua estrada, a sua escola... Eu nunca mais me esqueço que há dias, quando tive de passar por um caminho — caminho com quatro metros de largo, totalmente pavimentado pela população — vi as

Por FERNANDO SEMEDO

«A dinâmica da Comissão Administrativa da Câmara, tal como de qualquer outra autarquia local e até mesmo do poder central, tem de contar com a organização popular. Tem de contar com a iniciativa popular e fazer mesmo um apelo a ela. Para além de levar à satisfação de muitas necessidades e de muitas carências das populações é uma necessidade didáctica. É necessário ensinar as pessoas a resolver os seus problemas, a vivê-los quando expõem as carências e as necessidades e a vivê-los quando os resolvem.

«Quando a Câmara faz uma obra sem a colaboração das populações, não está a ajudá-las, a não ser na medida em que lhes dá a papinha feita. Mas, verdadeiramente, está a lesar o interesse das povoações, na medida em que só quando forem elas a fazer o seu fontanário ou a abrir a sua

PEIXES MAIS IMPORTANTES QUE MORADORES

Especificando, o dr. Martins da Costa salienta:

«Em Escariz fez-se também a recuperação de um edifício escolar, a nível mais modesto, mas que veio suprir a carência absoluta de edifício escolar na freguesia. Noutros locais fizeram-se também recuperações de edifícios, como em Oriz (Santa Marinha), em Valdeu, e noutros lugares.

«Para além dessa actividade de apoio a organizações das populações para a recuperação de edifícios escolares, a Câmara entendeu que devia superar a inexistência de instalações, adquirindo escolas pré-fabricadas. Adquiriram-se 6 para a escola do ciclo preparatório e 12 para escolas primárias. Neste momento pode dizer-se que não há carências muito graves — embora existam carências — nas escolas primárias do concelho. Não há, por exemplo, escolas a funcionar em «cortes» como acontecia em Pencaais, em Codecede, em Dossões, em Valdeu e em Freizir. Já não existem escolas a funcionar em sítios imundos, exigios, sem luz, sem condições de espécie alguma. Nestas obras, a Câmara gastou 3 mil contos, o que corresponde a dez vezes mais do que a Câmara anterior tinha gasto com as escolas.»

DAR VALOR À INICIATIVA DAS POPULAÇÕES

«Foi uma orientação rigorosamente seguida pela Câmara o fornecimento de todos os materiais para qualquer obra que as populações quisessem levar a cabo», explica o antigo presidente da Comissão Administrativa da Câmara de Vila Verde.

«E nos pensamos», prossegue o dr. Martins da Costa, «que isso é sobremaneira importante. Deste modo, apoiámos a iniciativa das populações que, apesar de nunca terem sido habituadas a isso, passam a ter a noção da sua capacidade de trabalho. Nós sempre pensamos, e viemos a comprová-lo, que é muito importante que as pessoas sintam que a estrada, a escola, o fontanário ou a canalização da água é a sua estrada, a sua escola... Eu nunca mais me esqueço que há dias, quando tive de passar por um caminho — caminho com quatro metros de largo, totalmente pavimentado pela população — vi as

estrada terão a preocupação de cuidar deles. E tudo isto porque é uma obra sua. É a realização social dos agregados populacionais que está em jogo. «Pois com certeza que interessa levar a água; mas interessa também que na realização dos problemas participem os directamente interessados, aqueles que diariamente vão fazer uso dessa água.

«Há um exemplo muito pequeno que mostra aquilo que pode efectivamente a iniciativa popular e de como fomentá-la é importante. Na freguesia de Atães, na Portela, havia um único fontanário. As suas sobras iam para casa do antigo presidente da Junta, que é igualmente o presidente da Casa do Povo, já há anos. Como pertencia à família todopoderosa da terra, o senhor não autorizava que se fizesse mais que um fontanário. Havia aquele e as sobras eram para os seus peixinhos. Portanto, nem

pensar em ir contra a sua vontade! Certo dia aparece na Câmara um grupo de moradores da Portela que vinha pedir auxílio para que fosse lá construído um novo fontanário. Prometemos-lhes tudo o apoio de que necessitassem e apoiámos a sua iniciativa. Levaram o material de que precisavam, mas, pouco depois, voltaram a dizer que o senhor Peixoto não lhes deixava fazer a obra, que ameaçava... Mandámos juntamente com eles um funcionário que levava ordens para, caso o Peixoto não deixasse, chamar a guarda. Assim protegidos fizeram o fontanário, que lá está. Após dele fizeram outro e já lá têm três. A partir daí, as pessoas convenceram-se de que, efectivamente, o sr. Peixoto não era o deus, o senhor-todopoderoso, em que era todo. Para além de resolverem a sua necessidade de terem água perto, os moradores da Portela resolveram igualmente esse problema que foi o de desmistificar um cacique que efectivamente os oprimia e que os impedia de progredirem e de terem melhores condições de vida».

PUB. Agora, com a minha nova Calculadora TI-30, tenho mais tempo livre para aprender. Escolha a calculadora indicada para os seus estudos TI-30 1.480,00 TI-1270 780,00 TEXAS INSTRUMENTS (PORTUGAL), LDA.

COMÍCIO DO PS

Graves incidentes em Coimbra

Um comício do PS ontem à tarde realizado no teatro Avenida, em Coimbra, com a presença do dr. Cardia, originou graves incidentes entre a polícia de choque e cerca de duzentos estudantes que, em frente daquela sala de espectáculos, se manifestavam contra a política do actual

ministro da Educação. Os manifestantes, que na sua quase totalidade tinham abandonado o comício quando o dr. Cardia ia começar a falar, gritavam palavras de ordem como «não ao decreto burla, sim à gestão democrática», «pela revogação do decreto», «trabalhadores e estudantes

a mesma luta» e «não ao fascismo, ofensiva popular», foram surpreendidos pelo aparecimento de duas carrinhas de polícia de choque armada de bastões e capacetes. Um oficial, munido de megafone, deu um minuto para os manifestantes dispersarem. De entre estes houve alguém que respondeu aos polícias afirmando já os conhecer de 1969, e acto contínuo, os agentes da PSP carregaram violentamente. A debandada foi geral e os polícias, de bastão em punho, perseguiram os manifestantes em todas as direcções — quer até à Praça da República, na alta coimbrã, quer até à baixa, foram generalizados no meio de reacções condenatórias da população. Na Praça da República, um carro da polícia foi apedrejado.

Entretanto centenas de estudantes concentraram-se, primeiro, naquela Praça, fazendo mini-comícios à população, e depois nas instalações da Associação Académica, onde, à hora de fecharmos esta edição, se encontravam em reunião para decidir sobre as medidas a tomar. Nas ruas a situação era normal.

O COMÍCIO

O comício realizado pelo PS no teatro Avenida teve duas

características: na sua maioria, a assistência não era afectá a aquele partido, e as intervenções dos oradores caracterizaram-se na sua generalidade pelo tom provocatório contra os estudantes e contra as conquistas da revolução, nomeadamente a Reforma Agrária.

Falaram um representante das freguesias rurais, um representante das freguesias urbanas, um candidato PS à Câmara Municipal, um deputado socialista, o dr. Cardia e, a fechar, o sr. Manuel Alegre. Os ataques aos estudantes — que «não querem estudar» — e os apoios à política «educacional» do dr. Cardia, a quem foi pedida a continuação de uma acção «firme», foram constantes. Sem boicotar o comício, a assistência, no entanto, pateou repetidamente as partes das intervenções que não concordava. Como já referimos, quando o sr. Sotomayor Cardia foi anunciado grande parte das pessoas que assistiam ao comício retirou-se ruidosamente, concentrando-se cá fora, no outro lado do passeio gritando as palavras de ordem contra a política do MEIC. Deu-se então a intervenção da polícia, enquanto o comício prosseguia ainda com a presença de muitos assistentes.

NA CAPARICA

CDS dispara polícia carrega

Um número ainda indeterminado de feridos e um ambiente de tensão que ainda se vivia nas ruas da Costa de Caparica à hora de encerrarmos esta edição de «o diário» era o balanço de uma acção provocatória montada pelo CDS naquela localidade.

Na base dos incidentes esteve a realização de um comício eleitoral promovido pelos «centristas» no cineteatro Copacabana. Para encher a casa os adeptos do prof. Freitas mobilizaram fora da Costa de Caparica. Organizaram caravanas automóveis e alugaram camionetas para o efeito. Da Costa e segundo testemunhas oculares residentes há muito na localidade, praticamente ninguém pretendeu assistir à sessão.

Cabeça de cartaz, o prof. Freitas chegou acompanhado por uma caravana automóvel. Entrou por uma rua em sentido proibido e os veículos estacionaram mesmo em cima do passeio. Nas imediações do cineteatro algumas dezenas de antifascista manifestaram-se pacificamente à passagem de Freitas gritando, nomeadamente «abaixo a reacção!»

Entrados os elementos da caravana na sala, as portas encerraram-se. Os antifascistas continuaram gritando palavras de ordem. As portas reabriram-se e elementos da segurança «centrista» dispararam dois ou três tiros, segundo as versões existentes. Acto contínuo surgiram no largo carrinhas da PSP com elementos equipados de bastões, capacetes e viseiras os quais de imediato carregaram sobre quantos se encontravam no largo principal da Costa e ruas vizinhas, mesmo que, segundo testemunhas oculares, nada tivessem a ver com os acontecimentos. A acção prosseguiu durante o comício que, à hora de encerrarmos esta edição de «o diário», ainda não tinha terminado. De salientar que os elementos da segurança do CDS colaboraram activamente com a PSP utilizando mocas e matracas. Foi-nos impossível obter

Crime de morte no Porto

PORTO — Em circunstâncias ainda não determinadas, à hora de encerrarmos esta edição, foi morto, com uma facada no coração e outra na nuca, Renato Dias Paranhos, de 41 anos, proprietário do «dancing Fleming», situado na Rua do Bonjardim.

A PSP, que tomou conta do caso, procedia a investigações, no sentido de encontrar o móbil do crime e pistas que conduzam à identificação do autor, dado que não houve testemunhas da agressão.

o número exacto de feridos resultantes dos incidentes. Cesaltina Barros, com dois golpes na cabeça, e João Grande foram os que conseguimos identificar, embora informações recolhidas junto de pessoas que se encontravam noutros locais em que se registaram incidentes deixassem prever a existência de mais alguns feridos.

O CDS pretende ganhar a junta de freguesia da Costa de Caparica beneficiando da colaboração que o PPD lhe prestou ao não se candidatar. O povo da Costa, os antifascistas, tiveram ontem oportunidade de se inteirar das consequências da «democracia» defendida pelo CDS.

BBC EM TRIBUNAL

Advogado de António Cartaxo desmascara «objectividade»

LONDRES — Lord Guiford, advogado do jornalista português António Cartaxo no recurso por este interposto contra a BBC por despedimento sem justa causa, levou altos funcionários daquela estação emissora a admitirem que o afastamento do jornalista fora motivado por pressões políticas. Apesar das recomendações do advogado da BBC para que não respondesse, o Director Executivo da emissora, Gerald Mansell, admitiu a existência de «pressões de ordem política». A mesma admissão foi feita por Andrew Mango, chefe dos serviços da BBC para o sul da Europa, que reconheceu ter dito a António Cartaxo que «a missão da BBC é defender e projectar os

valores do Ocidente». O lema da BBC é «espalharemos a Verdade pelo Mundo»...

Lord Guiford, recordando a alegação de que António Cartaxo seria simpatizante do MDP/CDE, perguntou a Andrew Mango por que razão o facto de Luís de Sousa, — anterior chefe da Secção Portuguesa e um dos principais responsáveis pelo despedimento de António Cartaxo, — ser do Partido Socialista não fora considerado irregular pela BBC. Mango admitiu ter conhecimento de afirmações de Luís de Sousa, segundo as quais a sua missão na BBC era a de defender os interesses do PS.

Anteriormente, ao interrogar Gerald Mansell, Lord Guiford contestou

PCP mantém críticas aos títulos do 13.º mês

«Apesar de o Governo, numa atitude de recuo, ter introduzido no projecto de proposta de lei a ser discutida na Assembleia da República, algumas novas disposições com o objectivo de criar a ideia de que os rendimentos do capital também serão abrangidos, a verdade é que, por um lado, tal não se verifica por forma minimamente significativa e, por outro, permanecem válidas todas as reservas e críticas formuladas anteriormente pelo PCP», afirma a Secção de Informação e Propaganda daquele partido em nota relativa aos «projectos do Governo quanto ao pagamento de parte do 13.º mês em títulos do Tesouro».

Segundo a nota da SIP do Partido Comunista Português, os projectos do Governo «atestam a incorrecta orientação da sua política económica e financeira, e evidenciam, ao mesmo tempo, a sua frequente e inquietante falta

de atenção a respeito pelas normas constitucionais. Acrescentando que «as referidas medidas propostas pelo Governo inserem-se numa falsa política de austeridade que pretende fazer pagar apenas aos trabalhadores o preço das dificuldades económicas e financeiras que o País defronta».

O PCP «sublinha as graves responsabilidades que, como resultado da orientação que o Governo adopta, lhe terão de ser associadas pelo clima de incerteza e insegurança criado em relação a este problema na população trabalhadora», prossegue a SIP do PCP, que salienta mais adiante «a gravidade do comportamento de algumas empresas que suspenderam o pagamento integral do 13.º mês, sem que qualquer legislação a tanto os autorizasse, o que certamente se teria evitado se o Governo, em tempo útil, tivesse combinado tais procedimentos».

Ministro ou procurador de agrários?

O ministro da Agricultura e Pescas, dr. António Barreto, dirigiu-se ontem ao País, através da Televisão e do Rádio. Embora prevenindo que não iria fazer propaganda eleitoral, coisa que a lei não permite nestas eleições para as autarquias locais, o dr. António Barreto atacou o PCP (partido empenhado na campanha eleitoral), os trabalhadores de algumas Unidades Colectivas de Produção (mas sobretudo os da «Margem Esquerda»), alguns órgãos de Informação e os sindicatos agrícolas. Também não se inibiu a exemplo do que tem sucedido com outros dirigentes do Governo PS, de aproveitar a Televisão e o Rádio para desmentir afirmações feitas na Assembleia da República, em lugar de lá se deslocar para o efeito como lhe impõe a Constituição.

Neste contexto, não causou admiração que, em certo passo da sua prolixa e por vezes confusa intervenção, tenha acusado um jornal, sem o nomear, de ter truncado uma fotografia recentemente publicada onde se vê o agrário Palma Cano homenageando o ex-presidente Tomás. Segundo o dr. António Barreto, o jornal em questão cortou a fotografia de modo a que na mesma não aparecesse um actual dirigente da «Margem Esquerda». Neste caso, mas seguramente não só neste, o sr. ministro da Agricultura mentiu. O único jornal a publicar essa fotografia foi «o diário». Nela nunca figurou qualquer dirigente da «Margem Esquerda». Trata-se de uma calúnia espalhada pelos agrários e que o ministro propalou ontem pela TV. O processo fala por si...

Ao usá-lo na Televisão e no Rádio, todo o País confirmou que, além de ministro da Agricultura o dr. António Barreto acumula a condição de procurador de agrários.

O dr. António Barreto começou por prevenir «os portugueses» de que iria fazer «uma intervenção longa, demasiado longa» para concluir declarando que «começou a segunda Reforma Agrária: a da liberdade, a da justiça, e da fraternidade». Momentos antes, anunciara ser preciso fazer em Portugal a Reforma Agrária que foi feita em todos os países europeus «há muitos, muitos anos». Esta última declaração constitui uma novidade histórica nada desprezível...

Mas, no domínio das novidades, a intervenção do dr. António Barreto foi mais longe: anunciou a fundação de um «movimento de libertação no sentido de criar novas cooperativas». Dado que, noutros passos da sua alocução, o ministro da Agricultura e Pescas proclamou a soberania do seu Ministério para, em última análise, resolver todos os problemas que surjam na sua área de acção, não admira que ele próprio venha a ser o secretário-geral do mesmo movimento. Entretanto, o dr. António Barreto falou também de unidades colectivas que não apresentam contas e de cooperativas (deprende-se que de novo tipo mas que ninguém no Alentejo conhece) que as apresentaram quando ele recentemente visitou o Alentejo. Ainda no campo das descobertas históricas, e não deixa de ser enternecedor, o gosto que o dr. Barreto mostra por tais matérias, o ministro da Agricultura descobriu que «o arranque fundamental» para as ocupações com que os trabalhadores alentejanos iniciaram a Reforma Agrária «não foi dado por trabalhadores, mas por certos militares».

Admitindo, todavia, ser verdade que as ocupações de terras e as subsequentes acções dos trabalhadores alentejanos criaram cinquenta mil novos postos de trabalho o dr. Barreto tentou «demonstrar» que tal facto não era vantajoso para a economia portuguesa (1).

Após defender que no Alentejo está quase tudo errado, disse que a «situação não pode ser resolvida nem pelo desemprego, nem pela repressão», mas antes de divulgar os seus planos de correcção assumiu a ameaça e declarou que há obstáculos que têm que ser removidos «seja como for». E, como último passo nesta argumentação demagógica, responsabilizou as organizações dos trabalhadores alentejanos por eventuais medidas repressivas que o Governo venha a tomar e de que obviamente será ele o único responsável.

Em tempo de eleições, ganha outra dimensão a afirmação do dr. António Barreto na Televisão e no Rádio — onde a lei proibe a propaganda eleitoral — segundo o qual «a democracia joga-se no Alentejo». Os trabalhadores alentejanos e de uma maneira geral todos os trabalhadores portugueses, já se aperceberam desse facto há muito. Por isso fizeram a Reforma Agrária. Por isso, decerto, não deixarão de a defender agora contra a investida que, neste caso, provém de um ministro deste Governo PS. O Alentejo não votará, certamente, no dr. Barreto...

Firmino Miguel regressou de Bruxelas

O coronel Firmino Miguel, ministro da Defesa, regressou ontem à tarde de Bruxelas onde participou, juntamente com o almirante Sotto Cruz, chefe do Estado-Maior da Armada, na reunião de ministros da Defesa Nacional e de chefes dos Estados-Maiores das Forças Armadas dos países da NATO.

O coronel Firmino Miguel informou que se tratou de «uma reunião normal e periódica da NATO» e quanto à entrada de Portugal no «Eurogrupo» revelou que «não tem significado especial nenhum» dado que o «Eurogrupo é um grupo informal da NATO», «apesar do local onde os ministros da Defesa Nacional se reúnem para melhor poderem coordenar determinadas acções de tipo de produção de equipamento e de racionalização de métodos».

Entretanto, à partida para presidir à reunião ministerial da NATO, que também se efectuará em Bruxelas, o sr. Medeiros Ferreira, ministro dos Negócios Estrangeiros, garantiu que a delegação portuguesa terá desta vez «uma participação mais activa. O ministro afirmou que da agenda de trabalhos da reunião faz parte a análise de problemas importantes para a paz na Europa, nomeadamente os relacionados

com o desanuvamento mundial, e quanto à adesão de Portugal ao «Eurogrupo» considerou que abre a possibilidade de o nosso País reconverter e exportar equipamento militar fabricado em Portugal.

«Carta Aberta» discrimina

A direcção do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Cerâmicas, Cimentos e Similares dos distritos de Aveiro, Viseu e Braga, demitiu, por motivos políticos, o advogado Rui Abrantes, que ali exercia as funções de chefe dos serviços do contencioso. Demonstrando bem a «acção pluralista» das direcções sindicais da chamada «Carta Aberta», aquela direcção nomeou, para substituir Rui Abrantes, o dr. Nelson Ribeiro Fontes, militante do Partido Socialista e actual presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Ilhavo.